

# Justiça Federal

## Digital

► Feliz Natal e um excelente 2019!



Boas Festas

Após mais de um ano de muito trabalho e realizações, a Direção do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo deseja a todos, desembargadores, juízes, servidores colaboradores e usuários da Justiça Federal um Feliz Natal e um Ano Novo de muitas conquistas.

Cristiane Conde Chmatalik  
Juíza Federal - Diretora do Foro

416

## ► Dirfo preside audiência pública para discutir a proposta orçamentária 2020



Neidy Torrezani, Cristiane Chmatalik e Alceu Maurício Junior

A diretora do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, presidiu, no dia 4/12, no auditório da Seccional capixaba, audiência pública visando discutir assuntos que envolvam o orçamento participativo da Justiça Federal do Espírito Santo – Proposta Orçamentária 2020, com indicação de demandas necessárias para um serviço público mais eficiente, eficaz e efetivo.

A magistrada destacou que a audiência pública não foi feita “só porque manda a lei ou determina o órgão administrativo do Judiciário nacional, mas, principalmente para dar efetividade à governança judiciária no trato dos recursos públicos, bem como para legiti-

mar democraticamente as decisões administrativas de destinação orçamentária com a máxima transparência possível”.

Por fim, avaliou que a SJES sempre está aberta a receber solicitações de órgãos e da sociedade civil e avaliar suas demandas.

Na ocasião, estavam presentes o representante da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes) e coordenador de cursos da SJES, juiz federal Alceu Maurício Junior, a diretora geral da SJES, Neidy Aparecida Emerick Torrezani, diretores do Núcleo de Administração e Finanças, Cristiene Ginaid de Souza Cupertino de Castro, e do Núcleo de Tecnologia de Informação, Fabrício Vasconcelos Costa, dentre outros servidores.

A audiência pública também foi transmitida por videoconferência para as Subseções Judiciárias capixabas.

## ► Desembargador federal Reis Friede eleito presidente do TRF2 para o biênio 2019/2021\*



O Plenário do Tribunal Regional Federal – 2ª Região (TRF2) elegeu, em 6/12, o desembargador federal Reis Friede para presidir a Corte no biênio 2019/2021. A votação foi concluída com 25 votos para o magistrado e apenas um voto divergente. A posse da nova gestão será em abril. A primeira saudação à nova gestão ficou a cargo do presidente da Associação dos Juizes Federais do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, juiz federal Fabrício Fernandes de Castro, que, do púlpito, cumprimentou os desembargadores eleitos e parabenizou os demais pela escolha: “Este Tribunal conquistou e tem mantido o reconhecimento nacional pelas suas realizações, sendo o mais recente deles o Selo Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça, na categoria Ouro”, lembrou.

Na sessão, também foram eleitos os desembargadores federais Messod Azulay (vice-presidente) e Luiz Paulo da Silva Araújo Filho (corregedor regional), além do ouvidor geral da Justiça Federal da 2ª Região, dos componentes do Órgão Especial e do Conselho de Administração do TRF2, e dos novos gestores da Escola da Magistratura Regional Federal (Emarf), do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 2ª Região (Cojef), do Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NPSC2) e do Gabinete de Segurança Institucional.

“Agradeço a confiança depositada em mim pelos meus eminentes pares e espero não desapontá-los. Quero dizer a todos que pretendo dar continuidade à exitosa gestão do desembargador André Fontes e que os projetos da presente administração seguirão seu curso normal” declarou o presidente eleito. Ele acrescentou que deseja realizar uma “gestão compartilhada” com os desembargadores da casa: “Vossas Excelências tenham certeza de que meu gabinete estará sempre de portas abertas e de que todas as sugestões receberão o devido acolhimento, de sorte que possamos trabalhar juntos pelo aperfeiçoamento da nossa Corte e que possamos realizar uma administração tão ditosa quanto as que nos precederam”, concluiu.

Reis Friede aproveitou a oportunidade, também, para anunciar algumas iniciativas que deverá implementar. Dentre elas, ressaltou a criação do Gabinete de Gestão, que será coordenado por ele, e integrado pelo seu antecessor na Presidência, e pelos novos vice-presidente, corregedor regional e diretores da Emarf e do CCJF: “O presidente imediatamente anterior terá atuação importantíssima nesse colegiado, tendo em vista que em muito poderá contribuir com a sua experiência de modo continuado e não apenas durante a vigência do gabinete de transição”, explicou.

O desembargador federal Reis Friede graduou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes (Ucam, Rio de Janeiro) em 1982. Exerceu a advocacia até ser aprovado em 1º lugar para o cargo de promotor de justiça (1986/88). Na magistratura federal ele ingressou em 1988, igualmente após ser aprovado em concurso público, também em 1º lugar, tornando-se, então, o mais jovem juiz federal do Brasil. Em 2004, Reis Friede foi promovido, por antiguidade, ao cargo de desembargador federal do TRF2.

Além da graduação em Direito, o presidente eleito do TRF2 é formado em Arquitetura (USU), Economia (UFRJ), Administração (UCAM), Engenharia (UERJ/USU) e Matemática (UCAM). Tem, ainda, os títulos de mestre em Direito do Estado pela Universidade Gama Filho – UGF e mestre e doutor em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. É também diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG/1991) e pela Escola de Comando do Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) e membro da Sociedade Brasileira de Direito Aeroespacial – SBDA.

## **Confira o resultado da eleição no TRF2, para o biênio 2019/2021**

Presidente – Desembargador Federal Reis Friede

Vice-Presidente – Desembargador Federal Messod Azulay Neto

Corregedor Regional – Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho

### **Órgão Especial – Titulares**

Desembargador Federal Reis Friede – Presidente

Desembargador Federal Messod Azulay Neto – Vice-Presidente

---

Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho – Corregedor Regional

Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama

Desembargador Federal José Antonio Lisboa Neiva

Desembargadora Federal Nizete Lobato

Desembargador Federal Marcelo Pereira da Silva

### **Conselho de Administração – Titulares**

Desembargador Federal Reis Friede – Presidente

Desembargador Federal Messod Azulay Neto – Vice-Presidente

Desembargador Federal Luiz Paulo da Silva Araújo Filho – Corregedor Regional

Desembargador Federal Marcello Granado

Desembargador Federal Alcides Martins

Desembargador Federal Theophilo Antonio Miguel Filho

Escola de Magistratura Regional Federal da 2ª Região – Emarf

Desembargador Federal Sergio Schwaitzer – Diretor-Geral

### **Centro Cultural Justiça Federal – CCJF**

Desembargador Federal Antonio Ivan Athié – Diretor-Geral

Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais – Cojef

Desembargador Federal Desembargador Federal Alcides Martins – Coordenador

Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NPSC2

Desembargador Federal Ferreira Neves – Diretor

### **Ouvidoria Geral da Justiça Federal da 2ª Região**

Desembargador Federal Guilherme Diefenthaler – Ouvidor Geral

### **Gabinete de Segurança Institucional – GSI**

Desembargador Federal Marcello Granado – Diretor

## ► Juiz federal Ronald Krüger representa o TRF2 em Comitê do CNJ

O juiz federal Ronald Krüger Rodor, titular da 3ª Vara Federal de Execução Fiscal de Vitória, é um dos nove juízes que integram o Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento a Exploração do Trabalho em Condições Análogas ao de Escravo e de Tráfico de Pessoas, do Conselho Nacional da Justiça (CNJ). Dentre os magistrados que compõem o comitê, está presente o conselheiro do CNJ Fernando Cesar Baptista de Mattos, também da Justiça Federal capixaba.



Em sua primeira reunião, os integrantes definiram como prioridade para os próximos dois anos sensibilizar e pautar a sociedade para a importância do combate a escravidão. “É um absurdo estarmos falando de escravidão de pessoas em pleno 2019, mas é a realidade. Teremos muito trabalho pela frente nos próximos anos e fico feliz em ver que todos os membros do Comitê estão motivados”, afirmou o conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Luciano Frota, presidente do Comitê.

O Comitê Nacional Judicial de Enfrentamento à Exploração do Trabalho foi reestabelecido pelo presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, por meio da Portaria n. 135, de 24 de outubro. Entre as principais ações a serem efetivadas estão o monitoramento das ações judiciais em curso que tratem do tema e ações de prevenção desses crimes junto a entidades da sociedade civil.

“Pretendemos fazer uma análise conjuntural e política sobre as questões relacionadas ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas, em especial devido às mudanças que envolvem o Ministério do Trabalho e Emprego, órgão responsável pela fiscalização. Para isso, convidaremos o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público Federal para participarem oficialmente do Comitê”, disse o conselheiro Luciano Frota. Ele informou ainda que será feito um levantamento de Projetos de Lei que tramitam no Congresso sobre o tema para que seja formado um grupo de sensibilização para conversar com os parlamentares e esclarecer a posição do Comitê.

Da esq.p/ dir.: conselheiro Luciano Frota, juiz federal TRF 2º, Ronald Krüger, juiz do trabalho do TRT 6º, Hugo C. Melo Filho, Patricia Trindade, do INAI – Instituto de Ação Integrada, juiz federal TRF 1º, Carlos Haddad, juiz do TJSP, Paulo Fadigas, juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Flavia Moreira G. Pessoa e o conselheiro do CNJ Valtércio de Oliveira O Comitê Nacional tem a função de presidir o Fórum Nacional do Poder Judiciário para Monitoramento e Efetividade das Demandas Relacionadas à Exploração do Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas (Fontet), criado em 2015 por meio da Resolução CNJ n. 212. O Fórum promove o levantamento de dados estatísticos relativos ao número, à tramitação, às sanções impostas e outros dados relevantes sobre inquéritos e ações judiciais que tratem da exploração de pessoas em condições análogas à de trabalho escravo e do tráfico de pessoas. “Nos próximos dias enviaremos um ofício para os tribunais estaduais solicitando a instalação dos Comitês Estaduais de Enfrentamento a Exploração do Trabalho em Condições Análogas ao Escravo e de Tráfico de Pessoas. Dessa forma, poderemos colocar o Fontet em pleno funcionamento”, explicou Frota.

Ainda durante o encontro, ficou definido que no primeiro semestre de 2019 será realizado um workshop com membros do judiciário e da sociedade civil para discutir estratégias de enfrentamento do trabalho escravo e do tráfico de pessoas.

\*Com informações da Agência CNJ de Notícias

# Suspensos prazos e atendimento ao público nos dias 03 e 04/12 nas varas e juizados com competência alterada

PORTARIA Nº TRF2-PTC-2018/00544, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2018

Suspende os prazos processuais e o atendimento ao público externo nas Varas Federais e Juizados Especiais Federais com competências alteradas pela Resolução nº TRF2-RSP-2018/00050, em 3 e 4/12/2018.

A CORREGEDORA REGIONAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 2ª REGIÃO, no uso das suas atribuições legais e regimentais e

CONSIDERANDO a Resolução nº TRF2-RSP-2018/00050, que dispõe sobre a reestruturação e modificação de competência no âmbito das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Ofício nº JFRJ-OFI-2018/08172, dos Juízes Federais dos órgãos jurisdicionais da Subseção Judiciária de Campos dos Goytacazes, pedindo a suspensão de prazos e atendimento ao público externo nos dias 3 e 4/12/2018, a fim de que seja viabilizada pelos Juízos a triagem de cada processo que se enquadre nos critérios das novas competências e de redistribuição, na medida em que esta não será automática;

RESOLVE suspender, nos dias 3 e 4/12/2018, os prazos processuais e atendimento ao público externo nas Varas Federais e Juizados Especiais Federais das Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo cuja competência houver sido alterada pela Resolução nº TRF2-RSP-2018/00050, de 9/11/2018.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.  
NIZETE ANTÔNIA LOBATO RODRIGUES CARMO  
Corregedora Regional da Justiça Federal da 2ª Região  
CORREGEDORIA



JUSTIÇA FEDERAL  
Seção Judiciária do Espírito Santo

## ▶ Agentes de segurança da SJES concluem curso de instrutor de tecnologia não letal



Dois agentes da SJES lotados no Núcleo de Segurança e Transporte (NST), Saulo Tanan e Bruno Gonçalves, participaram de 27 a 29/11 no Centro de Treinamento da Condor, em Nova Iguaçu/RJ, do Curso de Instrutor de Tecnologias Não Letais.

As aulas foram ministradas pela empresa Condor Tecnologias Não Letais. O objetivo do curso foi capacitar os agentes para serem multiplicadores do conceito não letal, visando à conscientização sobre a importância do uso escalonado e proporcional da força em situações de conflitos e ainda de distúrbios da ordem pública envolvendo a Justiça Federal.

No curso, ministrado pelo tenente-coronel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Ricardo de Souza Soares, os alunos tiveram disciplinas teóricas, conhecendo as características das armas não letais e seus tipos, além de praticarem seu uso. “As tecnologias não letais possibilitam reduzir os casos em que seja necessário o uso de armas de fogo e pautam-se no respeito aos Direitos Humanos e à preservação da vida, tanto dos agentes de segurança quanto dos demais envolvidos”, ressaltou o agente Saulo Tanan.

## ▶ Sede da SJES é aprovada no “faxinação da dengue”

Em atendimento à Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa), que propôs uma “faxinação” nas instituições públicas como ação vinculada ao Dia D Nacional de Mobilização Contra o *Aedes aegypti*, a SJES realizou em dezembro uma inspeção nas instalações da sede da Seção Judiciária, em Vitória.

A servidora Márcia Ribeiro Pinto, da Seção de Serviços Gerais/NOM, acompanhada de Nara Cláudia Barcelos Sarmento, preposta da Empresa Conserma, percorreu as áreas internas e externas do prédio para verificar se medidas rotineiras já são adotadas em busca da eliminação de possíveis focos do mosquito *Aedes aegypti*.

Márcia e Nara constataram que, nos ambientes internos, as plantas são irrigadas de duas maneiras: diretamente ou por gotejamento com garrafa pet. Para os casos em que se rega diretamente sobre a planta, é colocada areia nos pratos dos vasos a fim de evitar acúmulo de água. Já a irrigação por gotejamento com garrafa pet, por si só já impede acúmulo de água nos pratos sob as plantas. As “fiscais” também verificaram que a laje da sede é faxinada semanalmente. Nos dias chuvosos, tem-se como prática rotineira esgotar a água acumulada assim que cesse a chuva. Observaram, ainda, que nas áreas de serviço onde ficam os tanques são diariamente realizadas manutenções para evitar acúmulo de água nos ralos. Em relação aos bebedouros, detectaram que o coletor que fica abaixo da torneira é esporadicamente esvaziado. Registraram, porém, que dos três bebedouros, apenas um possui o coletor, o que será corrigido.

Nas áreas externas da sede, Márcia e Nara constataram que os vasos de planta, a maioria de grande porte, não possuem pratos. Ficam direto sobre a grama, impedindo acúmulo de água. No jardim lateral do prédio, observaram que não existe acúmulo de água, já que as plantas estão fixadas no chão. Quanto às plantas que ficam na estufa, sendo preparadas para os diversos setores, não possuem prato sob o vaso, impedindo também o acúmulo de água. “No pátio e no jardim externo, as manutenções são realizadas diariamente a fim de recolher qualquer resíduo que possa acumular água”, diz o relatório, que concluiu que as ações na sede da SJES estão “muito bem orientadas para combater o *Aedes aegypti*”.



## ► Filhos de servidores entregam presentes de Natal a filhos de terceirizados na confraternização Natal MAIS Feliz

A criançada tomou conta do auditório da sede da SJES, em Vitória, na tarde de 30/11. Pela primeira vez, a confraternização que finaliza a campanha Natal Feliz contou com a participação de filhos de servidores e de terceirizados. A participação das crianças foi sugerida por um grupo de trabalho do programa HubJus de Inovação.

A ação foi batizada de Natal MAIS Feliz - uma ampliação da campanha Natal Feliz, implementada há 12 anos na Seção Judiciária, a partir de uma ideia da servidora Juliana Pezzin, da Sedin/NTI, e organizada anualmente pelo Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS).

Para receber a garotada, o NCS providenciou decoração especial com bolas coloridas, "espaço Kids" com pufes coloridos e vídeos infantis e incluiu no cardápio cachorro-quente, balas e doces. Tudo com o patrocínio da Assejufes e de servidores. Além das contribuições em dinheiro, alguns servidores também colaboraram com a doação de lembrancinhas, cajuzinhos e cones de chocolate, como foram os casos de Raquel Capdeville (NAJ) e Renato Liberato (NCS). Os pufes foram emprestados pelo Laboratório de Inovação da SJES e fizeram a alegria da molecada.

A diretora do foro abriu a comemoração agradecendo aos terceirizados das empresas Conserma, Star, Verizon, Telemática, Liderança e CEP pelo carinho e dedicação durante o ano e desejou a todos um Feliz Natal com suas famílias.

A magistrada fez a entrega do primeiro presente. Em seguida, servidores e seus filhos foram convidados a entregar os presentes aos "afilhados" da campanha, tornando o momento ainda mais especial. Estavam presentes: Carolina (uma das trigêmeas da diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, e do servidor Robert Chmatalik, da 2ª Criminal), Heitor (de Diana Brandão, da 6ª VF-Cível, integrante do grupo do HubJus que sugeriu a ampliação da campanha), Maria (de Claudiana Câmara, também 6ª Cível), Vitória (de Cíntia Borgo, da Secretaria Geral), o trio Maria Clara, Rafael e Mariana (de Breno Magnago, do Núcleo de Administração e Finanças).

Foram presenteados este ano 27 meninos e meninas de zero a 10 anos.





## ▶ JFES participa da conferência 'Reconecta' com palestra 'Justiça Federal acessível'



A Justiça Federal do Espírito Santo participou do Reconecta – Conferência e Exposição Estadual de Inclusão & Acessibilidade, realizada entre os dias 30/11 e 3/12, no Boulevard Shopping Vila Velha, sob a coordenação do Ministério Público do Trabalho (MPT-ES).

O servidor Carlos Chaves Damásio, diretor do Núcleo de Obras e Manutenção (NOM) e membro da Comissão de Acessibilidade da JFES, proferiu palestra, no dia 1º/12, com o tema 'Justiça Federal acessível', no painel que discutia o papel da engenharia na construção de cidades acessíveis, a importância da acessibilidade predial e a eliminação de barreiras atitudinais e normativas.

A palestra foi dividida com a presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Espírito Santo (CREA-ES), engenheira civil Lúcia Helena Vilarinho Ramos, na foto acima com o diretor do NOM.

### **Acessibilidade ampla**

De início, Carlos Damásio ressaltou que falava em nome da Comissão de Acessibilidade da JFES. "Apreendi que a acessibilidade não se limita à questão predial", disse. Ele tratou da questão de forma ampla, cuidado necessário para que todos tenham acesso à Justiça, "e isso envolve limitações físicas e de comunicação. Esbarramos muito com a limitação de baixa escolaridade e a Justiça está quase 100% digital", afirmou.

De acordo com a avaliação do engenheiro, hoje, por exemplo, um cadeirante vai ter um acesso melhor, mais fácil à Justiça, pelo uso da Internet, do que uma pessoa de baixa escolaridade que precisa se deslocar para ir ao prédio ou idosos com dificuldade de acesso à Internet.

## **Banheiros acessíveis**

---

Damásio lembrou que sua primeira demanda como responsável pelas obras e manutenção predial da SJES relativa à acessibilidade foi a construção de um sanitário acessível, no prédio da Cidade Alta, o que foi feito.

A título de comparação, hoje, a Resolução 114/2010, do Conselho Nacional de Justiça, possui mais exigências para o planejamento e execução de obras no Poder Judiciário em relação à acessibilidade do que a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Em nosso prédio sede, em Vitória, temos sanitários acessíveis para os dois gêneros, em todos os andares.

## **Diversidade de ações**

---

A JFES também dispõe de calçada cidadã, elevadores e rampas, piso tátil em todos os seus prédios, vagas de estacionamento para cadeirantes, etc. Hoje, temos todos os prédios acessíveis, mobiliário acessível, com recuo de bancadas para atendimento de usuários, atendimento de perícias no térreo, site 100% acessível, treinamento com todos os atendentes que lidam com o público, etc.

A comissão de acessibilidade descobriu que é fundamental ouvir, conversar com pessoas no atendimento. A partir daí, tivemos visitas de cegos e cadeirantes e descobrimos que os primeiros não estão familiarizados com o piso tátil e o atendimento a eles requerer tanto indicações em braile quanto em áudio, o que acontece nos elevadores e na indicação das salas.

## **Consultoria**

---

A Justiça Federal, através da Comissão de Acessibilidade, também contratou consultoria externa, composta inclusive por um cadeirante. Ele visitou, em uma semana, todos os prédios da Justiça Federal de carro, o que auxiliou na adoção de medidas complementares para tornarem o órgão mais acessível.

Para concluir, o engenheiro citou a adoção de programa de inovação pela JFES, com parcerias com outros órgãos, como IFES e o Governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos (SEGER); inauguração do laboratório de inovação e da usina fotovoltaica, o que deve também gerar ações voltadas para o acesso pleno à Justiça Federal capixaba. A JFES também dispõe de calçada cidadã, elevadores e rampas, piso tátil em todos os seus prédios, vagas de estacionamento para cadeirantes, etc. Hoje, temos todos os prédios acessíveis, mobiliário acessível, com recuo de bancadas para atendimento de usuários, atendimento de perícias no térreo, site 100% acessível, treinamento com todos os atendentes que lidam com o público, etc.

A comissão de acessibilidade descobriu que é fundamental ouvir, conversar com pessoas no atendimento. A partir daí, tivemos visitas de cegos e cadeirantes e descobrimos que os primeiros não estão familiarizados com o piso tátil e o atendimento a eles requerer tanto indicações em braile quanto em áudio, o que acontece nos elevadores e na indicação das salas.

## ▶ Encerramento do HubJus: grupos apresentam protótipos com oito propostas de solução



**Dr Osair Victor, Dr<sup>a</sup> Cristiane, Luciene (DG-SJRI), André (SJRI) e Neidy Torrezani (DG-SJES)**

Realizado no dia 7/12, o evento contou com a participação do WeGov (empresa contratada que ministrou a capacitação), dos mentores dos grupos, pertencentes a outros órgãos, um agradecimento especial ao supervisor da Sedpe/NGP, Ronnie Francis Rangel Mariano, que a dividiu com todos na JFES que contribuíram e 'fizeram a roda girar', e várias exclamações durante os trabalhos apresentados.

Falando na abertura, a diretora do foro, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik, afirmou que "tentou tirar as amarras, o que é muito difícil em apenas dois anos". Ela ainda agradeceu ao diretor do foro da JFRJ, juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior, pela presença no evento, e assegurou que o "HubJus superou todas as expectativas".

Já no dia 14/12, o Gabinete de Inovação e Gestão Integrada (Gabin) da Seção Judiciária, reuniu-se para definir as próximas etapas dos projetos apresentados no programa. Os representantes dos oito grupos cujos temas foram tratados durante o HubJus apresentaram suas propostas de solução. A cada proposta apresentada era identificado um gerente para o projeto e um colaborador da área administrativa que o executará. Ao final, foram definidos os prazos para a entrega dos cronogramas de trabalho de cada grupo. Veja, abaixo, os grupos no evento de encerramento do HubJus.



**Equipe do WeGov (Lincoln, André e Gabriela) homenageia Ronnie Mariano**



**Grupo Comunicação com o Jurisdicionado**



**Grupo Acervo Físico**



**Grupo Ambiente de Trabalho**



**Grupo e-Proc Engajamento**



**Grupo e-Proc Fluxo de Trabalho**



**Grupo Cultura da Inovação**



**Grupo Restrições Orçamentárias**



**Grupo Redução do Número de Servidores**

## ▶ Ministro Dias Toffoli, presidente do STF e do CNJ, visita a Justiça Federal do Espírito Santo



**O ministro (ao centro, de pé) entre os juízes federais da JFES**

A Justiça Federal do Espírito Santo recebeu, na tarde de 10/12, a visita do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça. O ministro estava acompanhado do conselheiro do CNJ, Fernando Cesar Baptista de Mattos, e foi recebido pela diretora do foro da Seccional capixaba, juíza federal Cristiane Conde Chmatalik.

A diretora do foro presenteou o ministro com o selo comemorativo aos 50 anos de instalação da Justiça Federal no Espírito Santo e com um exemplar do livro 'Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo', autografado por seu autor, juiz federal Ronald Krüger Rodor.

Ao que o conselheiro Fernando Mattos acrescentou que "o mais interessante é que o livro conta a nossa história da Justiça Federal de 1890 até hoje. O período de 1890 a 1937 não é uma fase tão considerada", ressaltando ainda o trabalho do autor da pesquisa que "resgatou" e "corrigiu dados históricos". Ao apresentar a Galeria de Diretores do Foro, o conselheiro informou que o juiz federal Romário Rangel, "que foi o primeiro juiz dessa segunda fase da Justiça Federal", também havia sido "o primeiro presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região".

Em seguida, a diretora do foro apresentou os juízes presentes à reunião, Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (vice-diretor do foro), Rogério Moreira Alves, Alexandre Miguel, Maria Claudia de Garcia Paula Allemand, Eloá Alves Ferreira, José Eduardo do Nascimento, Alceu Mauricio Junior, Ronald Krüger Rodor, Pablo Coelho Charles Gomes, André Luiz Martins da Silva, Roberto Gil Leal Faria, Francisco de Assis Basilio de Moraes, Marcelo da Rocha Rosado, Eduardo Nunes Marques, Aylton Bonomo Junior, Caio Souto Araújo, Luiz Henrique Horsth da Matta.

O conselheiro Fernando Mattos abriu o encontro agradecendo a presença do ministro na Justiça Federal. “É difícil o presidente do Supremo Tribunal Federal ter a disponibilidade de vir visitar a primeira instância. E ao Ministro Dias Toffoli então, faço um agradecimento por ter vindo aqui. Eu, que tive a oportunidade de trabalhar com o senhor tanto na AGU, quando era presidente da Associação de Juízes Federais (Ajufe), quanto agora, no Conselho Nacional de Justiça, para mim tem sido uma experiência muito boa, principalmente por esse seu lado humano e democrático, de tratar as questões sempre com muita transparência, sempre preocupado com o Judiciário prestador de um serviço público de qualidade”.

## **Principais pontos da fala do ministro Dias Toffoli**

---

### **Visitas aos Estados e Metas**

Obrigado pela presença de todos. Eu tenho, desde que assumi o Supremo e o CNJ, buscado uma programação para poder visitar todas as capitais, todos os tribunais. Já estive em São Paulo, que é o meu Estado, no Rio de Janeiro, agora estive também em Alagoas e no Paraná, onde tivemos o encontro nacional da magistratura, foi segunda e terça-feira passada, e foi um sucesso. Fernando Mattos é o coordenador das metas e, com habilidade, conseguiu aprovar todas as metas, foi muito positivo.

### **Transparência e Transformação**

Tenho falado muito que nós temos que trabalhar com transparência cada vez mais, com eficiência e responsabilidade. O mundo está em transformação, não é só o Brasil. (...) Cada vez mais as pessoas querem um serviço público mais rápido, mais destravado e mais atendendo às demandas da sociedade, e o poder Judiciário também é cobrado.

Nós temos que ter muita responsabilidade de consequência das nossas decisões, porque nós vamos ser cobrados pela sociedade. (...) Nós somos parte da necessidade de construir uma nação.

Mas agora, eu tenho certeza, e as senhoras e os senhores também fiquem cientes, de que nós vamos ser cobrados pela sociedade, pelo próximo governo, no sentido de decisões que travam o país. Eu não tenho dúvida disso.

### **Três principais problemas**

É óbvio que nós não podemos deixar de cumprir a Constituição e cumprir as leis, mas nós também temos que ser parte da solução dos problemas. Por isso eu já tomei várias iniciativas, antes do período eleitoral, conclamando para um pacto republicano federativo, envolvendo os três principais problemas que atingem o Brasil, que é a Previdência Social – nós vamos ter que admitir a necessidade, e é uma necessidade – se não, o país não vai ter condições, em quatro, cinco anos, de pagar a remuneração, nem a União, nem Estados, nem municípios.

A crise fiscal que esse próximo governo vai pegar, as senhoras e os senhores não têm ideia do quanto é pesada. E não só a União, Estados e municípios.

Então, nós temos que estar cientes de que nós vamos ter que passar por momentos difíceis e temos que nos colocar no sentido de procurar ajudar nas soluções desses graves problemas da nação brasileira.

Coloquei a questão da previdência, a reforma tributária. Estou montando agora a pauta do Supremo, que eu quero soltar a pauta do semestre inteiro já com os processos no calendário, o que vai ajudar muito a ter uma pauta mais transparente, e também para evitar tantos pedidos de vista. Mas eu fico impressionado, e as senhoras e os senhores que trabalham aqui na ponta sabem, a quantidade de matéria de tributário e de servidor público. É uma carga descomunal e aquilo vai se acumulando, vai se avolumando, e os anos vão passando, quando chega para o Supremo decidir uma questão tributária dez anos depois, quinze anos depois, aquilo é um tremendo problema. Então, nós temos que simplificar isso.

Então nós temos a reforma tributária, a previdenciária e a segurança pública. São pontos que nós listamos. E do nosso trabalho, do nosso ofício, a questão da transparência, da eficiência e da responsabilidade, a sociedade vai nos cobrar. Nós temos que pensar muito bem as nossas decisões, as consequências diante de um projeto de nação, de desenvolvimento.

São algumas palavras que eu queria dizer às senhoras e aos senhores, nessa oportunidade aqui. Vejo que estão bem instalados,



**O ministro recebeu da diretora do foro o livro “Memória Institucional da Seção Judiciária do Espírito Santo”, de autoria do juiz federal Ronald Krüger Rodor**

em agradável prédio, muito bom. Parabéns aos diretores e às diretoras de foro. Vi várias mulheres ali no quadro [na Galeria de Diretores do Foro], parabéns, concluiu o presidente do STF e do CNJ.

## Agradecimentos finais

A diretora do foro mais uma vez agradeceu ao ministro pela presença. “Sei que sua agenda hoje estava bem atribulada e para nós é sempre um prazer ouvir algumas palavras, porque nós aqui na ponta sofremos diretamente tudo que está acontecendo com a Justiça. E a gente espera que o Supremo consiga resolver principalmente essas demandas repetitivas, essas de grande repercussão. Até por causa do Centro de Inteligência que estão sendo criados, se a gente conseguir levar isso, desafoga muito quem está na vara”.

Ao final, o decano em atividade na JFES, juiz federal Alexandre Miguel, reiterou a satisfação e honra de receber o presidente do STF e do CNJ, indicando que sua visita “é muito importante para nós”.

# Justiça Federal do Espírito Santo informa:

No dia 02/01/2019 o sistema e-proc estará indisponível para usuários internos e externos, da 0h às 6h, para realização da cópia de segurança, e de 6h às 12h para realização das atividades de configuração e testes.

Nesse período não será possível, de forma digital: receber petições iniciais; petições intercorrentes; autuar processos; distribuir processos; consultar processos do e-proc; gerar números de processos; verificar a prevenção de processos no Apolo que constem no e-proc.

O sistema Apolo não será afetado.

**A JFES agradece desde já a todos pela compreensão.**

NCS: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)  
Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas



# RECESSO E SUSPENSÃO DE PRAZOS

A Justiça Federal informa que, em conformidade com a **Lei 5.010/66, Art. 62, I**, estará de recesso de **20/12/2018 a 06/01/2019**.

Os prazos processuais ficarão suspensos de **20/12/2018 a 20/01/2019** (CPC, Art. 220).

Consulte o plantão judiciário no **[www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)**

**Boas festas e um excelente 2019!**

NCS: **[ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas





**Informativo produzido pelo:**

Núcleo de Comunicação Social e Relações Públicas (NCS)  
Justiça Federal do Espírito Santo

---

**Contatos:**

Telefone: (27) 3183-5109

E-mail: [ncs@jfes.jus.br](mailto:ncs@jfes.jus.br)

Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)

---

**Projeto Gráfico**

Subsecretaria de Produção Visual - SPRO

